



sociedade
civil pelo
desenvolvimento

NA IMPRENSA

**Recolha de notícias
sobre políticas públicas
em São Tomé e Príncipe**

Janeiro a Março de 2014

NA IMPRENSA - RECOLHA DE NOTÍCIAS SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS EM SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

Nesta edição

Este boletim é uma compilação de notícias retiradas nos sites electrónicos de jornais online tanto nacionais como estrangeiros. Trata-se de um trabalho de monitoria da imprensa relacionada com políticas públicas em São Tomé e Príncipe.

Nesta edição destacam-se os seguintes temas: **Gestão dos Recursos Naturais, Governação, Investimentos e Sociedade Civil.**

As informações contidas nesta edição foram transcritas sem qualquer intervenção editorial, isto é, sem qualquer alteração ortográfica.

A aprovação, pela Assembleia Nacional, do Orçamento Geral do Estado para 2014 marca uma nova etapa no desenvolvimento do país. Trata-se de um Orçamento que prioriza sectores sociais como a Educação e a Saúde. São Tomé e Príncipe encontra-se na era do petróleo. Depois de muitas especulações à volta da Zona de Desenvolvimento Conjunta entre S.Tomé e Príncipe e a Nigéria, espera-se que a extracção do petróleo comece dentro de 18 meses. A realização do Diálogo Nacional marcou a agenda política nos últimos meses. A implementação das 32 recomendações saídas desse debate está a ser acompanhada por uma comissão criada para o efeito.

Fontes monitoradas

Websites: Têla Nón, Parvo Digital, STP-Press, Jornal Transparência, Jornal Digital, Agência Lusa, Voz da América, RTP, RFI, WorldStage, Económico, Portugal Digital, Notícias Sapo, Notícias ao Minuto, Macau Hub, Africa 21 Digital, Jornal de Angola, Tv Ciência Online, Vitrine, Expansão, Ango Notícias e DW.

Coordenação

Alexandro Cardoso

Edição

FONG-STP

Federação das ONG em São Tomé e Príncipe

ACEP

Associação para a Cooperação Entre os Povos

Projecto

Sociedade Civil pelo Desenvolvimento:
Comunicação, Capacitação, Advocacia

Financiamento

União Europeia

Co-Financiamento

Camões – Instituto da Cooperação e da Língua

Disclaimer

O conteúdo deste documento é da única responsabilidade da FONG-STP e da ACEP, não reflectindo as opiniões ou a posição da União Europeia e do Camões, I.P-

ÍNDICE

| | |
|--|-----------|
| 1. Gestão de Recursos Naturais ----- | 5 |
| 1.1. Cofre do Estado são-tomense já encaixou 5 milhões de dólares pela adjudicação do bloco 2 da ZEE ----- | 5 |
| 1.2. São Tomé e Príncipe lança concurso para exploração de dois blocos de petróleo----- | 5 |
| 1.3. São Tomé e Príncipe deve seguir exemplos bem-sucedidos de gestão de receitas petrolíferas----- | 6 |
| 1.4. Governo lança concurso público para exploração de dois blocos de petróleo na ZEE | 7 |
| 1.5. Exploração de petróleo na fronteira marítima com a Guiné Equatorial “avança” ----- | 8 |
| 1.6. Quatro petrolíferas disputam dois blocos de petróleo são-tomense ----- | 9 |
| 1.7. Galp na corrida a dois blocos de petróleo em São Tomé ----- | 10 |
| 1.8. São Tomé e Príncipe comprou 41 milhões de dólares em combustíveis em 2013----- | 10 |
| 1.9. Nigéria descreve Joint Venture óleo com São Tomé e Príncipe como frustrante----- | 11 |
| 1.10. Nigéria ameaça rescindir o Tratado de Exploração Conjunta de Petróleo com STP | 12 |
| 1.11. Gabriel Costa não tem informação oficial da Nigéria sobre vida ou morte da Autoridade Conjunta ----- | 14 |
| 1.12. JDA inicia produção de petróleo no Bloco 1 dentro de 18 meses ----- | 14 |
| 1.13. Produção de petróleo na zona conjunta Nigéria-São Tomé e Príncipe dentro de 18 meses | 16 |
| 1.14. Governo de São Tomé e Príncipe admite rever acordo de exploração petrolífera com a Nigéria ----- | 17 |
| 1.15. Nigéria desiludida com a Zona de Desenvolvimento Conjunto ----- | 17 |
| 1.16. Produção de petróleo entre Nigéria e São Tomé e Príncipe na zona conjunta dentro de 18 meses ----- | 19 |
| 1.17. Novas possibilidades de exploração petrolífera "off-shore" em São Tomé e Príncipe | 20 |
| 2. Governação ----- | 21 |
| 2.1. Nepotismo familiar provoca queda de ministro santomense da saúde ----- | 21 |
| 2.2. São Tomé: Corrupção afasta mais um ministro ----- | 22 |
| 2.3. Orçamento aprovado em São Tomé e Príncipe ----- | 23 |
| 2.4. Orçamento de São Tomé e Príncipe para 2014 atinge os 159 milhões de dólares ----- | 23 |
| 2.5. Empresa mista de importação de medicamento sob suspeita do governo ----- | 24 |
| 2.6. Parlamento de São Tomé e Príncipe aprova Orçamento Geral do Estado ----- | 25 |

Recolha de notícias sobre políticas públicas em São Tomé e Príncipe

| | | |
|-----------|--|-----------|
| 2.7. | São Tomé e Príncipe: Versão final do OGE 2014 deverá ser produzida nos próximos dias | 26 |
| 2.8. | São Tomé: Ministro acusado de corrupção----- | 28 |
| 2.9. | São Tomé e Príncipe: "será outra vez um escândalo financeiro?". ----- | 28 |
| 2.10. | Remodelação governamental são-tomense ----- | 29 |
| 2.11. | Titulares de cargos políticos estão isentos de julgamento por crime de corrupção- | 30 |
| 2.12. | S. Tomé e Príncipe tem uma nova lei eleitoral ----- | 31 |
| 2.13. | São Tomé e Príncipe precisa de diálogo contra "pobreza", diz PR Pinto da Costa- | 32 |
| 2.14. | Arranque do Diálogo Nacional em São Tomé e Príncipe ----- | 33 |
| 2.15. | PR de São Tomé e Príncipe pede mais combate à compra de votos no país----- | 34 |
| 2.16. | PR são-tomense pede mais combate à compra de votos no país ----- | 35 |
| 2.17. | Ministério Público são-tomense vai entregar a tribunal processos-crime contra políticos | 35 |
| 2.18. | Presidente do governo do Príncipe posto em xeque ----- | 36 |
| 2.19. | Presidente de São Tomé e Príncipe diz que é possível ser um "país modelo"----- | 37 |
| 2.20. | Diálogo Nacional chega ao fim em São Tomé ----- | 38 |
| 3. | Investimentos----- | 39 |
| 3.1. | Angola reforça influência em São Tomé e Príncipe com linha de crédito ----- | 39 |
| 3.2. | Visita relâmpago de Gabriel Costa à Angola permitiu reforçar parceria estratégica em curso | 41 |
| 3.3. | São Tomé e Príncipe recebe 10 fundos da União Europeia avaliado em 22 milhões de euros | 41 |
| 3.4. | Japão constroi porto pesqueiro em São Tomé e Príncipe ----- | 42 |
| 3.5. | Líbia quer vender investimentos em São Tomé e Príncipe----- | 42 |
| 4. | Sociedade Civil----- | 43 |
| 4.1. | Populares de Caué defendem os temas do Diálogo Nacional e exigem a realização de um referendun sobre a constituição política ----- | 43 |

1. Gestão de Recursos Naturais

1.1. Cofre do Estado são-tomense já encaixou 5 milhões de dólares pela adjudicação do bloco 2 da ZEE

07 Janeiro 2014

Téla-Nón www.telanon.info

A empresa Sinoangola, a que foi adjudicada o bloco 2 da Zona Económica Exclusiva São-tomense, já transferiu os 5 milhões de dólares para os cofres do Estado são-tomense. A transferência foi feita no dia 23 de Dezembro de 2013.

O acordo de partilha de produção do bloco 2 foi assinado em Outubro de 2013. Dentro do prazo estabelecido por lei, a empresa de capital angolano e chinês, depositou no tesouro público são-tomense, o valor de 5 milhões de dólares, referente ao bónus de assinatura do bloco 2.

Para além do pagamento do bónus de assinatura o acordo prevê que anualmente a empresa Sinoangola, desbloqueie 250 mil dólares, para financiar bolsas de estudos e formação de quadros são-tomenses. Diz o acordo que nos próximos 8 anos a empresa de capital angolano e chinês deve investir 154 milhões de dólares na realização de estudos sísmicos sobre o bloco 2, os estudos de impacto ambiental, a perfuração do bloco e a avaliação dos recursos existentes.

Se encontrar petróleo em quantidade explorável, a Sinoangola deverá operar sobre o bloco 2 durante 20 anos.

O Téla Nón teve acesso ao comprovativo da transferência dos 5 milhões de dólares de bónus de assinatura para os cofres do Estado são-tomense, e coloca a disposição do público, sobretudo do povo são-tomense, único e legítimo destinatário do valor de 5 milhões de dólares que foi transferido.

Abel Veiga

1.2. São Tomé e Príncipe lança concurso para exploração de dois blocos de petróleo

10 Janeiro 2014

RTP www.rtp.pt

O Governo são-tomense lançou hoje o concurso internacional para a exploração de dois blocos de petróleo na zona económica exclusiva do arquipélago.

Um anúncio distribuído hoje a imprensa pela Agência Nacional de Petróleos (ANP-STP) indica que o concurso se destina à "área dos blocos 1 e 6 da zona económica exclusiva".

O comunicado da ANP-STP indica ainda que o concurso foi lançado na sequência dos pedidos de informação apresentados pelo Grupo Blue Skies World e pela empresa London Global Energy Limited.

A manifestação de interesse deverá ser efetuada através de "correspondências dirigidas ao director executivo da ANP-STP com menção expressa no bloco", refere o comunicado.

O comunicado da agência são-tomense de petróleo exige que as empresas interessadas na exploração desses dois blocos devem dar informações sobre os seus recursos financeiros e de capital, listas dos mais importantes acionistas com a indicação das respetivas participações e informação dos administradores.

Deve ser apresentado igualmente o balanço patrimonial e demonstração contabilística do exercício dos últimos três anos fiscais, declaração periódica de rendimentos e breve relação de experiencia em projetos de exploração, desenvolvimento e produção, incluindo informação dos principais responsáveis técnicos da organização e consultores.

As empresa interessadas deverá manifestar o seu interesse até ao dia 30 deste mês as 17 horas locais.

Esta decisão abre novas possibilidades de extração petrolífera `off-shore` no país, depois do volte-face que foi a decisão, no verão passado, da empresa francesa Total de sair de um projeto no bloco 1, na Zona de Desenvolvimento Conjunto (ZDC) entre São Tomé e Príncipe e a Nigéria.

Em novembro, o governo são-tomense e a empresa Sinoangol assinaram um contrato de partilha de produção de petróleo do bloco 2 da Zona Económica Exclusiva.

Pela assinatura, o estado recebeu cinco milhões de dólares (3,7 milhões de euros)

1.3. São Tomé e Príncipe deve seguir exemplos bem-sucedidos de gestão de receitas petrolíferas

14 Janeiro 2014

Macau Hub <http://www.macauhub.com.mo>

São Tomé e Príncipe deve seguir o exemplo do Brasil e de Timor-Leste na utilização das receitas que nos próximos anos deverão aumentar com a exploração de petróleo, advoga um relatório do Banco Africano de Desenvolvimento (BAD).

“Poderão ser tidos em conta modelos de outros países lusófonos não-africanos, como o Brasil e Timor-Leste, que conseguiram gerir bem os seus recursos em hidrocarbonetos e, portanto, evitar distorções inúteis e resultados indesejáveis para alcançar um crescimento sustentável mais vigoroso”, defende o relatório do BAD, que analisa o impacto do aumento da receita estatal proveniente do petróleo na transformação estrutural da economia de São Tomé e Príncipe e no próprio desenvolvimento do país.

O governo são-tomense lançou na sexta-feira um concurso internacional para a exploração de dois blocos de petróleo na zona económica exclusiva do arquipélago, de acordo com um comunicado da Agência Nacional de Petróleos.

“Uma boa governação e a gestão eficiente dos recursos do petróleo irão proporcionar uma oportunidade única de transformar estruturalmente a economia”, pelo que “é imperativo para o país aprender com a experiência positiva de outros países africanos, caso do Botswana, que têm gerido de forma eficiente a sua riqueza em recursos naturais”, acrescenta o documento.

“São Tomé e Príncipe dispõe de um enorme potencial para se tornar um país de rendimento médio, com base na sua dimensão e no seu PIB ‘per capita’, se conseguir uma gestão eficiente e transparente da sua riqueza em recursos naturais, evitando assim a chamada maldição dos recursos naturais”, acrescenta o relatório.

1.4. Governo lança concurso público para exploração de dois blocos de petróleo na ZEE

15 Janeiro 2014

Vitrina www.vitrina.st

O Governo são-tomense lançou esta sexta-feira o concurso internacional para a exploração de dois blocos de petróleo na zona económica exclusiva do arquipélago.

Um anúncio distribuído hoje a imprensa pela Agência Nacional de Petróleos (ANP-STP) indica que são convidadas “pessoas elegíveis para manifestarem seu interesse na área dos blocos 1 e 6 da zona económica exclusiva”.

O comunicado da ANP-STP indica ainda que o concurso é lançado na sequência dos pedidos apresentados pelo Grupo Blue Skies World e pela empresa London Global Energy Limited.

A manifestação de interesse deverá ser efectuada através de correspondências dirigidas ao director executivo da ANP-STP com menção expressa no bloco”, refere o comunicado.

O comunicado da agência santomense de petróleo exige que as empresas interessadas na exploração desses dois blocos deve dar informações sobre os seus recursos financeiros e de capital, listas dos mais importantes accionistas com a indicação das respetivas participações e informação dos administradores.

Deve ser apresentado igualmente o balanço patrimonial e demonstração contabilística das pessoas, dos últimos três anos fiscais, declaração periódica de rendimentos e breve relação de experiencia em projetos de exploração, desenvolvimento e produção, incluindo informação dos principais responsáveis técnicos da organização e consultores.

As empresa interessadas deverá manifestar o seu interesse até ao dia 30 deste mês as 17 horas locais.

1.5. Exploração de petróleo na fronteira marítima com a Guiné Equatorial “avança”

30 Janeiro 2014

Téla Nón www.telanon.info

Garantia do Ministro das Minas e Energias da Guiné Equatorial, Gabriel Obiang Lima (na foto). Segundo o ministro equato-guiniense, o projecto de exploração conjunta de petróleo, “avança” e será num bom exemplo de cooperação no seio da CPLP, caso a Guiné Equatorial seja admitida como membro da organização lusófona.

Desde o ano 2008 que o Presidente Teodoro Obiang Basogo, anunciou às autoridades são-tomenses a existência de um bloco de petróleo nas águas contíguas entre os dois países.

O Ministro das Minas e Energias da Guiné Equatorial, Gabriel Obiang Lima, reforçou que o bloco tem enorme potencialidade. O Ministro anunciou que o poço de petróleo já foi adjudicado pela Guiné Equatorial à uma companhia estrangeira.

Os estudos sísmicos do bloco, já estão a ser realizados. «**Já havíamos adjudicado este bloco, antes de São Tomé. E como estamos na fase da realização da sísmica, consideramos que tendo uma boa relação com São Tomé e Príncipe, os testes sísmicos deveriam ultrapassar a nossa fronteira e entrar pelas águas são-tomenses**», explicou o ministro das minas e energias da Guiné Equatorial.

Gabriel Obiang Lima, acrescentou que após os estudos sísmicos, haverá a necessidade de perfurar o bloco. São Tomé e Príncipe terá que participar nos custos. «**Quando chegar o momento da perfuração teremos então que cooperar nos custos da perfuração, porque são zonas de 2 mil à 3 mil metros de profundidade e os custos da perfuração são altos**», sublinhou.

O Ministro da Guiné Equatorial, por sinal filho do Presidente Obiang Basogo, considera que a parceria entre os dois países é fundamental para rentabilizar o bloco, que parece ser promissor. «**Temos alguns dados que nos fazem crer que o bloco tem enorme potencial, e a única forma de o bloco ter rentabilidade económica é trabalharmos em conjunto**», frisou.

Questionado pelo Téla Nón sobre o tempo de duração até a exploração propriamente dita do ouro negro, Gabriel Obiang Lima, indicou 3 anos para realização dos estudos e mais 4 para a exploração real dos recursos que forem encontrados no bloco. «**Normalmente o primeiro ano, é o ano dos testes sísmicos, e das avaliações. Depois das avaliações temos que reduzir os riscos, analisar os diferentes prospectos da perfuração, portanto isto leva 2 à 3 anos. E ao descobrir petróleo, o desenvolvimento para a exploração requer cerca de 4 anos**», pontuou..

Guiné Equatorial tem experiência na necessidade de paciência para se chegar de facto era do ouro negro. Antes da exploração real de petróleo, também conheceu intervenção de várias empresas que após estudos disseram que não havia petróleo em quantidade explorável.

Até que um dia se chegou a fonte da mina. Hoje o país vizinho produz mais de 500 mil barris de petróleo por dia, e já é considerado o Koweit africano, com um Produto Interno Bruto per capita que atinge 20 mil dólares por habitante. « **Portanto ao descobrir-se petróleo num bloco hoje, não significa que se vai ter tudo já. Mas posso lhe garantir que há uma forte cooperação entre São Tomé e Príncipe e a Guiné Equatorial para levar adiante esta exploração**», enfatizou Gabriel Obiang Lima.

Guiné Equatorial, busca caminho para entrar na CPLP, e as portas parecem estar a se abrir. «**Acreditamos que caso a Guiné Equatorial seja membro da CPLP, este projecto será um bom exemplo de como é que dois países da mesma comunidade podem cooperar no domínio petrolífero para o benefício dos mesmos**», concluiu.

Note-se que a exploração do bloco petrolífero localizado na fronteira entre a Guiné Equatorial e São Tomé e Príncipe, é indicado como uma das garantias que São Tomé e Príncipe deu à Angola para conseguir uma linha de crédito de 180 milhões de dólares para financiar a economia nacional nos próximos 3 anos.

Abel Veiga

1.6. Quatro petrolíferas disputam dois blocos de petróleo são-tomense

06 Fevereiro 2014

STP Press www.stp-press.st

A Agência Nacional de Petróleo, ANP, de São-Tomé e Príncipe aprovou a candidatura de quatro empresas estrangeiras interessadas na exploração de dois blocos de petróleo no mar do arquipélago, - divulgou a própria agência em comunicado.

Em comunicado enviado à STP-Press, as empresas Petróleos de Portugal (Petrogal) e a New World Oil and Gas concorrem a ambos os blocos – 1 e 6 – enquanto a Blue Skies World Group disputa apenas o bloco 1 e a London Global Energy apenas o bloco 6.

“O resultado da análise das manifestações de interesse será anunciado brevemente”, lê-se no comunicado da ANP, que surge cinco dias depois do fim do prazo que se havia destinado para a manifestação de interesse por partes das empresas com relação aos dois blocos postos em leilão em início de Janeiro passado.

A decisão do leilão foi tomada há pouco mais de um mês pelo Conselho de Ministros de São Tomé e Príncipe na sequência do interesse inicialmente manifestados pela London Global Energy e pelo grupo Blue Skies World.

Além da zona económica exclusiva, São Tomé e Príncipe dispõe de uma zona de exploração conjunta com a Nigéria no âmbito de um tratado assinado em 2001.

Fim – RN

1.7. Galp na corrida a dois blocos de petróleo em São Tomé

06 Fevereiro 2014

Económico www.economico.sapo.pt

A Galp Energia está a concorrer à exploração de dois blocos de petróleo na Zona Económica Exclusiva (ZEE) de São Tomé e Príncipe.

De acordo com um comunicado da Agência Nacional de Petróleos são-tomense, citado pela Reuters, o interesse da petrolífera portuguesa centra-se sobre os blocos um e seis do mar territorial do arquipélago.

O concurso internacional para a concessão de blocos de exploração petrolífera na ZEE de São Tomé e Príncipe foi lançado no último mês pelo governo daquele país e encerrou no passado dia 30 de Janeiro, revela o comunicado da Agência Nacional de Petróleos são-tomense.

A empresa liderada por Manuela Ferreira de Oliveira está a disputar os dois blocos petrolíferos em 'offshore' referidos com a New World Oil and Gas. No caso do bloco um está ainda a concurso o Blue Skies World Group, enquanto a corrida ao bloco seis é também disputada pela London Global Energy.

"O resultado da avaliação das manifestações de interesse será anunciado brevemente", adianta o mesmo comunicado.

São Tomé lançou o concurso de concessão de blocos petrolíferos em 'offshore' depois de ter assinado com a Nigéria, em 2001, um acordo de exploração em águas conjuntas. No entanto, a atribuição de licenças tem sido lenta.

No ano passado, a Sinangol, uma 'joint-venture' entre a chinesa Sinopec e a angolana Sonangol, adquiriu dois blocos petrolíferos na ZEE, onde estima vir a investir cerca de 154 milhões de dólares no desenvolvimento desta concessão.

1.8. São Tomé e Príncipe comprou 41 milhões de dólares em combustíveis em 2013

20 Fevereiro 2014

Macau Hub www.macauhub.com.mo

São Tomé e Príncipe gastou 41,2 milhões de dólares na compra de combustíveis, o produto mais importado em 2013, de acordo com o Instituto Nacional de Estatística do arquipélago.

Dados fornecidos pelo instituto à macauhub em São Tomé indicam que a importação de combustíveis, sobretudo, gasolina, gasóleo, petróleo e alguns óleos minerais, representou 26,5% das aquisições ao exterior no ano passado, que atingiram 155,8 milhões de dólares.

Na lista das importações, a seguir aos combustíveis, surgem os produtos agrícolas com 16%, equivalente a 24,8 milhões de dólares e os géneros alimentares com 14,6% ou 22,7 milhões de dólares.

Em 2012, o valor da aquisição de combustíveis havia também liderado a lista com 25,9%, tendo atingindo um montante de 38,7 milhões de dólares.

Angola é o maior fornecedor de combustíveis ao arquipélago são-tomense através da empresa angolana Sonangol, a principal accionista da Empresa Nacional de Combustíveis e Óleos (ENCO) de São Tomé e Príncipe.

O maior consumidor no arquipélago é a Empresa Nacional de Água e Electricidade, EMAE, que detém o monopólio de comercialização da energia eléctrica no território são-tomense, numa produção sustentada em quase 80% por combustíveis líquidos. (macauhub)

1.9. Nigéria descreve Joint Venture óleo com São Tomé e Príncipe como frustrante

20 Março 2014

World Stage www.worldstagegroup.com

Nigéria ameaçou retirar-se do acordo de prospecção de petróleo com São Tomé e Príncipe, assinado em Abuja em 21 de fevereiro de 2001, como o esperado 100,000 mil dólares de receita anual da empresa tornou-se uma ilusão.

A Zona de Desenvolvimento Conjunto (ZDC) Tratado entre o Governo Federal da República da Nigéria e Democrática de São Tomé e Príncipe-vi os dois países que cria uma Autoridade de Desenvolvimento Conjunto (JDA), com sede em Abuja.

A Nigéria - São Tomé e Príncipe Joint Development Authority permite a prospecção conjunta de petróleo e outros recursos ao longo da Nigéria - São Tomé e Príncipe fronteira marítima, com a Nigéria possuir 60 por cento o capital próprio e São Tomé e Príncipe de 40 por cento.

Mas o Ministro de Estado das Relações Exteriores 2, o Dr. Mohammed Nuruddeen quando se apresentou perante o Exmo. Casa Abubakar Momoh cabeças do Comité de Representantes de Cooperação e Integração na África, na quinta-feira descreveu o empreendimento como "frustrante".

Ele disse que a US \$ 100 milhões de renda anual estimada de São Tomé e Príncipe Joint Venture não veio.

"A frustração está se instalando," Mohammed disse aos legisladores na Assembleia Nacional. Segundo ele, a empresa que foi criada em projeções de prospecção de petróleo otimistas, provou ser um cano de esgoto no país como a Nigéria vem pagando as contas do empreendimento sozinho durante os últimos cinco anos, sem retornos visíveis.

Segundo o ministro, há quase cinco anos, a Nigéria foi sozinho para pagar as contas da entidade.

Ele disse que o projeto havia continuar por tanto tempo porque São Tomé e Príncipe "é um pequeno país de cerca de 170.000 pessoas, de modo que eles são mais desesperado por petróleo.

"A perspectiva de petróleo é muito pouco se for o caso, devemos olhar de novo para o tratado A pergunta é: Estávamos muito otimistas, configurando a JDA, deve ser demolido?"

Ele disse que, devido às perspectivas de encolhimento de petróleo na zona, São Tomé e Príncipe decidiu converter as atividades JDA de prospecção de petróleo para a pesca.

"Se a Nigéria converter suas licenças de mineração de petróleo para licenças de pesca? São Tomé concordou, em princípio, mas nigeriano ainda está para responder", disse ele.

Mohammed revelou que alguns dos desafios que afligem o empreendimento incluem questões de fronteira, com o Níger, Benin, Camarões, bem como emissão de função militar bilateral, pirataria, pesca ilegal e caça furtiva.

Ele disse que por causa dos desafios de segurança na zona, "Nós dissemos que precisamos nos unir para ter uma função militar conjunto para nos proteger.

O Comitê já havia questionado a nenhum. remissão de receita da Autoridade Conjunta de Desenvolvimento para a conta da federação.

O Presidente da Comissão Abubakar Momoh disse que desde que a Nigéria tem 60 por cento do risco ", que precisamos saber o que está acontecendo."

Ele disse que a Nigéria não pode continuar para fundo de um empreendimento que é de nenhum benefício econômico. "O estabelecimento foi criado por protocolo, se não for viável, podemos puxar para fora."

O parlamentar disse que desde que o Ministério da Integração e Cooperação na África está agora incluído no âmbito do Ministério das Relações Exteriores deverá fornecer à comissão relatórios sobre a situação das receitas da Autoridade Conjunta de Desenvolvimento.

Os membros da comissão no entanto esfolado a atitude dos dois Diretores Executivos da Nigéria no JDA, dizendo que eles são dificilmente disponível quando chamado como eles estavam ocupados globetrotting.

"Se você chamá-los, eles vão dizer que estão nos Estados Unidos. Gostaria de saber se é assim que eles funcionam negócios", disse o presidente.

1.10. Nigéria ameaça rescindir o Tratado de Exploração Conjunta de Petróleo com STP

24 Março 2014

Téla Nón www.telanon.info

«**A pergunta que se deve fazer é a seguinte... A JDA (Autoridade de Desenvolvimento Conjunto), deve ser desmantelada?**». Pergunta feita pelo Ministro do Estado e das Relações Exteriores da Nigéria Mohammed Nuruddeen. Em declarações no parlamento nigeriano, o ministro descreveu como frustrante o projecto de exploração conjunta de petróleo com São Tomé e Príncipe.

A notícia foi veiculada na última semana pelo jornal nigeriano WordStage. O Ministro do Estado e das Relações Exteriores da Nigéria Mohammed Nuruddeen, foi interpelado pela comissão parlamentar encarregue da Cooperação e Integração Africana. Sector que passou para a tutela do Ministro do Estado e das Relações Exteriores.

A exploração conjunta de petróleo na fronteira marítima entre a Nigéria e São Tomé e Príncipe, fruto do Tratado assinado em Fevereiro de 2001 entre os dois países, mereceu especial atenção da comissão parlamentar.

O Ministro do Estado e das Relações Exteriores, foi directo e claro quando questionado pela comissão parlamentar, sobre o processo de exploração conjunta de petróleo, «**a frustração está se instalando**», afirmou o ministro nigeriano.

O Ministro descreveu o processo de exploração petrolífera na fronteira marítima comum com São Tomé e Príncipe, como sendo um projecto frustrante, e denunciou que nos últimos 5 anos, apenas o seu país, a Nigéria, tem suportado os custos de funcionamento da autoridade conjunta, o organismo criado no âmbito do Tratado para gerir os recursos petrolíferos e não petrolíferos na fronteira marítima comum. São Tomé e Príncipe tem dois directores na autoridade e a Nigéria também dois.

Nigéria tem 60% do capital social da Autoridade Conjunta para Exploração de Petróleo na fronteira comum e São Tomé e Príncipe tem 40%.

Diante da comissão parlamentar, o Ministro deixou claro que o seu país terá gasto qualquer coisa como 100 milhões de dólares nos últimos 5 anos, para garantir o funcionamento da autoridade conjunta. São Tomé e Príncipe sócio com 40% das tem assim dívidas pesadas a pagar.

Por sua vez o Presidente da Comissão parlamentar Abubakar Momoh, disse que a Nigéria não pode continuar a financiar uma empresa que não dá nenhum benefício económico ao seu país.

O Ministro do Estado das Relações Exteriores da Nigéria, deu diante da comissão parlamentar a pista a seguir. «**A perspectiva de exploração de petróleo é muito pouca, devemos olhar de novo para o tratado. A pergunta que se deve fazer é a seguinte... A JDA(Autoridade de Desenvolvimento Conjunto), deve ser desmantelada?**».

Uma pergunta cuja a resposta deve ser encontrada pelas autoridades nigerianas nos próximos dias. O Têla Nón tentou ouvir as autoridades são-tomenses ligadas ao dossier petróleo, mas não teve êxito.

No entanto o leitor pode ter acesso a notícia original através deste link – <http://www.worldstagegroup.com/worldstagenew/index.php?active=news&newscid=14431&catid=26>

Abel Veiga

1.11. Gabriel Costa não tem informação oficial da Nigéria sobre vida ou morte da Autoridade Conjunta

27 Março 2014

Téla Nón www.telanon.info

O Primeiro-ministro, diz que se a Nigéria colocar sobre a mesa a questão de rescisão do acordo que criou a Autoridade Conjunta, São Tomé e Príncipe está pronto a discutir o assunto.

Numa curta reacção a notícia veiculada pelo Téla Nón, com base num artigo de um jornal da Nigéria, que dá conta do desagrado das autoridades políticas nigerianas em relação ao funcionamento da Autoridade Conjunta, o Primeiro-ministro Gabriel Costa, disse que não tem informação oficial sobre o assunto. «Mas de qualquer forma há um acordo que vincula os dois Estados e há formas de revisão do próprio acordo. Estou convencido que se esse problema se puser teremos oportunidade de discutir com as autoridades nigerianas o que for necessário sobre o acordo», declarou Gabriel Costa.

Segundo a imprensa nigeriana, na semana passada em declarações a uma comissão parlamentar, o ministro do Estado e das Relações Exteriores, considerou de frustrante o processo de exploração conjunta de petróleo na fronteira marítima entre São Tomé e Príncipe e a Nigéria. O Ministro Mohammed Nuruddeen destacou também o facto de há 5 anos o seu país estar a suportar sozinho os custos de funcionamento da autoridade conjunta, tendo mesmo questionado sobre a continuidade do referido órgão que gere os recursos petrolíferos e não petrolíferos na fronteira marítima comum.

A própria comissão parlamentar, também considerou que a Nigéria não ode continuar a financiar uma instituição que não dá qualquer lucro para o seu tesouro.

Consequência da publicação da notícia, a Direcção do Téla Nón foi contactada por um dos directores da Autoridade Conjunta a partir de Abuja-Nigéria, que prometeu reagir através de um comunicado, para esclarecer a situação. Coisa que ainda não aconteceu.

Abel Veiga

1.12. JDA inicia produção de petróleo no Bloco 1 dentro de 18 meses

28 Março 2014

Vitrina www.vitrina.st

A Zona de Desenvolvimento Conjunto entre São Tomé e Príncipe e Nigéria (JDA) poderá iniciar a produção de petróleo e gás dentro de 18 meses, esta sexta-feira um comunicado do conselho de administração da JDA a que a Lusa teve acesso.

Segundo o comunicado a decisão foi tomada na 22ª reunião do conselho ministerial conjunto realizada a 11 e 12 deste mês na capital nigeriana, Abuja onde está situada a sua sede.

“Foram tomadas decisões importante para a zona e para a organização tais como aprovação da nova tecnologia para pesquisa e produção de petróleo e gás no bloco 1 por métodos não convencionais que permitirão o início da produção num período de 18 meses”, diz o comunicado assinado pelo presidente do conselho de administração, Arzemiros dos Prazeres e pelos directores executivos, Luís Prazeres e Kashim Tumsah.

A JDA aprovou igualmente a revisão do quadro jurídico-legal da zona conjunta “para atrair novos investidores e relançar as operações na zona” e fixou para 5 a 8 de maio próximo a realização na capital são-tomense de um workshop internacional sobre recursos de pesca e segurança na zona.

O Conselho de administração da Zona de Desenvolvimento conjunto acusou os serviços da Comissão nigeriana da Assembleia Nacional e integração na África de estar na origem de “informações infundadas e inverdades sobre a Zona de Desenvolvimento Conjunto” tornadas pública esta semana.

Em comunicado a JDA explica que o ministro do estado dos negócios estrangeiros da Nigéria compareceu, de facto, perante a comissão da assembleia nacional para cooperação e integração na África “onde prestou informações precisas sobre o estado de desenvolvimento conjunto”.

“No entanto, no rescaldo do encontro foi distribuído um comunicado de imprensa pelos serviços de assessoria da referida comissão que, citado erroneamente parte do pronunciamento do ministro durante a audiência, acabou por gerar inverdades e informações infundadas sobre a Zona de Desenvolvimento Conjunto”, diz o comunicado.

Esta semana o jornal nigeriano WordStage citou o ministro nigeriano estado das relações exteriores, Mohammed Nuruddeen, como tendo considerado o acordo de exploração conjunto de petróleo entre os dois países como “frustrante” e passível de “desmantelamento”.

Segundo ainda o ministro, o seu país já gastou com o funcionamento da Autoridade Conjunta cerca de 100 milhões de dólares durante os últimos cinco anos, não há perspectivas de exploração de petróleo nesta área e que São Tomé e Príncipe tem avultadas dívidas com a Nigéria por não estar a suportar os custos com a instalação e funcionamento da autoridade conjunta.

“O conselho de administração da Autoridade Conjunta vem através desta reafirmar que não obstante alguns constrangimentos de percurso, a zona de desenvolvimento conjunto está em pleno funcionamento e numa altura em que o seu conselho de administração analisa as varias propostas de exploração de interesses de operadores para os diferentes blocos”, diz o comunicado.

O comunicado diz ainda que não se pode considerar a zona de desenvolvimento conjunto “um projeto falhado passados 12 anos, pelo facto de não se ter atingido ainda os objectivos

preconizados no início desse projeto de pesquisa e produção de petróleo para o benefícios dos dois países”.

M. Barros

1.13. Produção de petróleo na zona conjunta Nigéria-São Tomé e Príncipe dentro de 18 meses

28 Março 2014

RTP www.rtp.pt

A Zona de Desenvolvimento Conjunta entre São Tomé e Príncipe e Nigéria (JDA) poderá iniciar a produção de petróleo e gás dentro de 18 meses, anunciou hoje o conselho de administração da autoridade conjunta num comunicado a que a Lusa teve acesso.

Segundo o comunicado, a decisão foi tomada na 22.^a reunião do conselho ministerial conjunto realizada a 11 e 12 deste mês na capital nigeriana, Abuja, onde está situada a sua sede.

"Foram tomadas decisões importante para a zona e para a organização tais como a aprovação da nova tecnologia para pesquisa e produção de petróleo e gás no bloco 1 por métodos não convencionais que permitirão o início da produção num período de 18 meses", diz o comunicado assinado pelo presidente do conselho de administração, Arzemiro dos Prazeres e pelos diretores executivos, Luís Prazeres e Kashim Tumsah.

A JDA aprovou igualmente a revisão do quadro jurídico-legal da zona conjunta "para atrair novos investidores e relançar as operações na zona" e fixou para 05 a 08 de maio próximo a realização na capital são-tomense de um workshop internacional sobre recursos de pesca e segurança na zona.

O conselho de administração da Zona de Desenvolvimento conjunta acusou os serviços da Comissão nigeriana da Assembleia Nacional e integração em África de estar na origem de "informações infundadas e inverdades sobre a Zona de Desenvolvimento Conjunta" tornadas públicas esta semana.

Em comunicado, a JDA explica que o ministro dos Negócios Estrangeiros da Nigéria compareceu, de facto, perante a comissão da assembleia nacional para cooperação e integração em África "onde prestou informações precisas sobre o estado de desenvolvimento conjunto".

"No entanto, no rescaldo do encontro foi distribuído um comunicado de imprensa pelos serviços de assessoria da referida comissão que, citando erroneamente parte do pronunciamento do ministro durante a audiência, acabou por gerar inverdades e informações infundadas sobre a Zona de Desenvolvimento Conjunta", diz o comunicado.

Esta semana, o jornal nigeriano WordStage citou o ministro dos Negócios Estrangeiros nigeriano, Mohammed Nuruddeen, como tendo considerado o acordo de exploração conjunta de petróleo entre os dois países como "frustrante" e passível de "desmantelamento".

Ainda segundo o ministro, o seu país já gastou com o funcionamento da Autoridade Conjunta cerca de 100 milhões de dólares (72,6 milhões de euros) durante os últimos cinco anos, não há perspectivas de exploração de petróleo nesta área e São Tomé e Príncipe tem avultadas dívidas com a Nigéria por não estar a suportar os custos com a instalação e funcionamento da autoridade conjunta.

"O conselho de administração da Autoridade Conjunta vem através desta reafirmar que, não obstante alguns constrangimentos de percurso, a zona de desenvolvimento conjunta está em pleno funcionamento e numa altura em que o seu conselho de administração analisa as várias propostas de exploração de interesses de operadores para os diferentes blocos", diz o comunicado assinado pelo seu presidente, Arzemiro do Prazeres.

O comunicado diz ainda que não se pode considerar a zona de desenvolvimento conjunta "um projeto falhado passados 12 anos, pelo facto de não se ter atingido ainda os objetivos preconizados no início desse projeto de pesquisa e produção de petróleo para o benefícios dos dois países".

1.14. Governo de São Tomé e Príncipe admite rever acordo de exploração petrolífera com a Nigéria

27 Março 2014

Macau Hub www.macauhub.com.mo

O governo está disponível para rever o acordo com a Nigéria que criou a zona conjunta de exploração petrolífera, afirmou quarta-feira em São Tomé o primeiro-ministro Gabriel Costa.

O primeiro-ministro reconheceu algumas dificuldades em todo o processo e admitiu renegociar o acordo para a criação da Autoridade de Desenvolvimento Conjunta, que vai gerir a exploração petrolífera, de acordo com a agência noticiosa Lusa.

Reagindo às declarações do ministro dos Negócios Estrangeiros da Nigéria, Mohammed Nuruddeen, que classificou o acordo como frustrante e admitiu o seu desmantelamento, Gabriel Costa adiantou estar disponível para discutir com o governo da Nigéria "o que for necessário relativamente ao acordo."

O acordo foi celebrado em Fevereiro de 2001, tendo por base uma previsão optimista de cerca de 100 milhões de dólares de receitas por ano, sendo as receitas eventuais divididas em 60% para a Nigéria e 40% para São Tomé e Príncipe.

1.15. Nigéria desiludida com a Zona de Desenvolvimento Conjunto

27 Março 2014

Jornal ST www.jornal.st

As autoridades nigerianas admitem a possibilidade de se retirarem da Zona de Desenvolvimento Conjunto, estabelecida com o Tratado assinado a 21 de Fevereiro de 2001, em Abuja.

Os governantes santomenses garantem que a referida posição ainda não foi comunicada oficialmente. De acordo com o «WorldStage Newsonline», o esperado lucro anual de 100 milhões de dólares transformou-se numa «ilusão».

O ministro de Estado dos Negócios Estrangeiros, que compareceu diante do Comité parlamentar nigeriano para a Cooperação e Integração em África, qualificou o empreendimento como «frustrante».

As optimistas projecções sobre a existência de petróleo que esteve na base da assinatura do Tratado não se confirmaram e, nos últimos cinco anos, a Nigéria teve que assumir sozinha as despesas de funcionamento da Autoridade Conjunta sem retorno visível, declarou Nuruddeen Mohammed aos legisladores.

Outra preocupação dos nigerianos é que, face ao adiamento consecutivo da exploração petrolífera, São Tomé e Príncipe está interessado em converter as actividades da Autoridade Conjunta de prospecção petrolífera em exploração de recursos piscatórios. A Nigéria ainda não se pronunciou sobre o assunto.

Nuruddeen Mohammed revelou ainda, segundo a publicação, que alguns dos desafios estão relacionados com questões fronteiriças entre a Nigéria, por um lado, e Níger, Benim e Camarões, por outro, bem como o combate à pirataria, à pesca ilegal e ao roubo de recursos, no plano bilateral.

Por causa das preocupações com o reforço da segurança na zona, «nós temos insistido que devia haver uma função militar conjunta para nos protegermos», disse o ministro dos Negócios Estrangeiros.

Ele denunciou também o comportamento dos dois Directores Executivos nigerianos, que estão constantemente a viajar. «Se alguém lhes telefona respondem que estão na América. Gostaria de saber se é assim que eles gerem os negócios».

O Presidente da Comissão defendeu que a Nigéria não pode continuar a financiar um negócio que não dá lucro. «A parceria foi feita através de um Protocolo, se não é viável podemos anulá-lo», analisou Abubakar Momoh.

Desde que o Ministério da Integração e Cooperação em África está sob a tutela do Ministério dos Negócios Estrangeiros, a estrutura deve apresentar periodicamente à comissão parlamentar relatórios sobre a situação na Zona de Desenvolvimento Conjunto, informou o «WorldStage Newsonline».

O Primeiro-ministro santomense, instado a comentar a notícia, disse que não tem informação oficial sobre a posição das autoridades de Abuja.

«Há um acordo que vincula os dois Estados e há formas de revisão do próprio acordo. Estou convencido de que se este problema se puser, teremos oportunidade de discutir com as autoridades nigerianas o que for necessário sobre o protocolo», apontou Gabriel Costa.

O Conselho de Ministros da Autoridade Conjunta reuniu-se há poucas semanas em Abuja, mas não houve qualquer informação sobre os assuntos discutidos e os resultados da reunião.

O Tratado que criou a Zona de Desenvolvimento Conjunto determina que a partilha de dividendos é de 60% para a Nigéria e de 40% para São Tomé e Príncipe.

1.16. Produção de petróleo entre Nigéria e São Tomé e Príncipe na zona conjunta dentro de 18 meses

28 Março 2014

ANGOP www.portalangop.co.ao

A Zona de Desenvolvimento Conjunta entre São Tomé e Príncipe e Nigéria (JDA) poderá iniciar a produção de petróleo e gás dentro de 18 meses, anunciou nesta sexta-feira o conselho de administração da autoridade conjunta num comunicado a que a Lusa teve acesso

Segundo o comunicado, a decisão foi tomada na 22.^a reunião do conselho ministerial conjunto realizada a 11 e 12 deste mês na capital nigeriana, Abuja, onde está situada a sua sede.

"Foram tomadas decisões importante para a zona e para a organização tais como a aprovação da nova tecnologia para pesquisa e produção de petróleo e gás no bloco 1 por métodos não convencionais que permitirão o início da produção num período de 18 meses", diz o comunicado assinado pelo presidente do conselho de administração, Arzemiro dos Prazeres e pelos directores executivos, Luís Prazeres e Kashim Tumsah.

A JDA aprovou igualmente a revisão do quadro jurídico-legal da zona conjunta "para atrair novos investidores e relançar as operações na zona" e fixou para 05 a 08 de Maio próximo a realização na capital são-tomense de um workshop internacional sobre recursos de pesca e segurança na zona.

O conselho de administração da Zona de Desenvolvimento conjunta acusou os serviços da Comissão nigeriana da Assembleia Nacional e integração em África de estar na origem de "informações infundadas e inverdades sobre a Zona de Desenvolvimento Conjunta" tornadas públicas esta semana.

Em comunicado, a JDA explica que o ministro dos Negócios Estrangeiros da Nigéria compareceu, de facto, perante a comissão da Assembleia Nacional para cooperação e integração em África "onde prestou informações precisas sobre o estado de desenvolvimento conjunto".

"No entanto, no rescaldo do encontro foi distribuído um comunicado de imprensa pelos serviços de assessoria da referida comissão que, citando erroneamente parte do pronunciamento

do ministro durante a audiência, acabou por gerar inverdades e informações infundadas sobre a Zona de Desenvolvimento Conjunta", diz o comunicado.

Esta semana, o jornal nigeriano WordStage citou o ministro dos Negócios Estrangeiros nigeriano, Mohammed Nuruddeen, como tendo considerado o acordo de exploração conjunta de petróleo entre os dois países como "frustrante" e passível de "desmantelamento".

Ainda segundo o ministro, o seu país já gastou com o funcionamento da Autoridade Conjunta cerca de 100 milhões de dólares (72,6 milhões de euros) durante os últimos cinco anos, não há perspectivas de exploração de petróleo nesta área e São Tomé e Príncipe tem avultadas dívidas com a Nigéria por não estar a suportar os custos com a instalação e funcionamento da autoridade conjunta.

"O conselho de administração da Autoridade Conjunta vem através desta reafirmar que, não obstante alguns constrangimentos de percurso, a zona de desenvolvimento conjunta está em pleno funcionamento e numa altura em que o seu conselho de administração analisa as várias propostas de exploração de interesses de operadores para os diferentes blocos", diz o comunicado assinado pelo seu presidente, Arzemiro do Prazeres.

O comunicado diz ainda que não se pode considerar a zona de desenvolvimento conjunta "um projecto falhado passados 12 anos, pelo facto de não se ter atingido ainda os objectivos preconizados no início desse projecto de pesquisa e produção de petróleo para o benefícios dos dois países".

1.17. Novas possibilidades de exploração petrolífera "off-shore" em São Tomé e Príncipe

31 Março 2014

RFI www.portuques.rfi.fr

Terminou esta quinta-feira o prazo para o concurso internacional de licitação de dois blocos petrolíferos da zona económica exclusiva são-tomense. A exploração de petróleo com a Guiné Equatorial na zona conjunta está em bom rumo e é promissora, segundo o ministro equatoguineense das minas, Gabriel Obiang Lima.

O prazo para o concurso internacional de licitação dos blocos petrolíferos 1 e 6 da zona económica exclusiva são-tomense findou esta quinta-feira. O concurso tinha sido lançado no passado dia 10 de janeiro como reacção aos pedidos de informação feitos pelo Grupo Blue Skies World e pela London Global Energy Limited.

Não se conhecendo ainda os resultados deste concurso, espera-se que este possa abrir novas perspectivas para a exploração petrolífera "off-shore" depois de, no verão de 2013, a empresa francesa Total se ter retirado de um projecto no bloco 1, na zona de desenvolvimento conjunto entre São Tomé e Príncipe e Nigéria.

Também a prospecção conjunta de petróleo com a Guiné Equatorial, no bloco da fronteira marítima entre os dois países, parece estar em bom rumo e ter enorme potencialidade. Quem o afirma é o ministro equato-guineense das minas e da energia, Gabriel Obiang Lima, filho do presidente Obiang.

Em entrevista ao diário digital Têla Non, Obiang Lima garantiu ainda que do lado equato-guineense o poço já foi adjudicado a uma empresa estrangeira. Mais pormenores sobre os avanços rumo a uma maior exploração do petróleo "off-shore" com o nosso correspondente em São Tomé, Maximino Carlos.

O ministro equato-guineense das minas e da energia fez um ponto da situação informando que estão a ser realizados os estudos sísmicos do bloco, que brevemente se poderá passar à prospecção conjunta propriamente dita e que se prevê que a exploração real dos recursos ocorra daqui a 4 anos.

Do lado são-tomense, segundo o Têla Non, a exploração do bloco conjunto teria condicionado a linha de crédito angolano de 180 milhões de dólares a São Tomé.

Refira-se ainda que o ministro equato-guineense, Gabriel Obiang Lima, afirmou também que a exploração conjunta de petróleo com São Tomé será um bom exemplo de cooperação no seio da CPLP, caso o seu país seja admitido como membro da organização lusófona.

A Guiné Equatorial, que pretende aderir à CPLP este ano na cimeira de Timor Leste, produz mais de 500 mil barris de petróleo por dia.

2. Governação

2.1. Nepotismo familiar provoca queda de ministro santomense da saúde

03 Janeiro 2014

RFI www.portuques.rfi.fr

Um esquema financeiro de subsídios a familiares no ministério da saúde de S. Tomé e Príncipe, está na origem da demissão do ministro santomense do pelouro, Leonel Pontes.

O ministro santomense da saúde e assuntos sociais, Leonel Pontes, foi obrigado a apresentar a sua demissão ao Presidente da república, esta quinta-feira, 2 de janeiro, no seguimento de denúncias na imprensa santomense, de que concedeu no mês de dezembro, subsídios de 500 dólares, à sua esposa Natália Tavares Catarina e ao irmão, Emídio Pontes, por assessoria que prestavam no ministério, sob sua tutela.

Neste esquema de **nepotismo familiar**, Leonel Pontes, que recebeu também subsídios no valor de 700 dólares, segundo o jornal Têla Non, disse que se demitiu, não porque cometeu qualquer

crime, mas **"em nome da estabilidade política e governativa, e em nome dos superiores interesses da nação"**.

Por outro lado, Leonel Pontes, sublinhou que não há lei em S. Tomé e Príncipe, que proíba familiares de prestar serviços a um determinado ministério, a pedido do ministro, e que no passado, não houve denúncias de personalidades em instituições de soberania no país que deram trabalho a familiares.

De qualquer maneira, para o seu partido, MDFM-PL, o ministro agora demitido, praticou **"algo anómalo no ministério da saúde"**, pelo que lhe foi pedido para abandonar o cargo.

Em entrevista a RFI, o secretário geral do MDFM-PL, **Adelino Lucas dos Santos**, secretário de estado para a comunicação social, sublinha que o seu colega de partido, Leonel Lucas, protagonizou **"tráfico de influência e nepotismo"**, qualquer deles, **"conduta menos desejável para o partido"**.

2.2. São Tomé: Corrupção afasta mais um ministro

03 Janeiro 2014

Voz da América www.voaportugues.com

Em São Tomé e Príncipe, o presidente da república exonerou o ministro da saúde e assuntos sociais. É a segunda baixa no governo chefiado por Gabriel Costa alegadamente por prática de actos de corrupção. Lionel Pontes foi demitido na sequência de um escândalo financeiro no Ministério da Saúde e Assuntos Sociais denunciado pelo partido Acção Democrática Independente no seu site oficial, na noite de passagem de ano. O maior partido de São Tomé e Príncipe, na oposição, tornou público uma folha de subsídios de chefia da direcção administrativa e financeira do Ministério da Saúde e Assuntos Sociais onde é atribuído ao Ministro da pasta um subsídio mensal de setecentos dólares norte-americanos para além do seu salário. O pior é que na mesma folha de subsídios de chefia a esposa do Ministro Lionel Pontes, uma cidadã sem qualquer vínculo à função pública santomense é contemplada com a quantia de quinhentos dólares.

O irmão do Ministro da Saúde e Assuntos Sociais com residência fixa em Angola a mais de uma década também recebe outros quinhentos dólares. Perante a prática deste alegado ato de corrupção, o Presidente da República Manuel Pinto Da Costa sob a proposta do Primeiro-Ministro Gabriel Costa decidiu pela exoneração do Ministro da Saúde e Assuntos Sociais.

De acordo com um outro despacho de Gabinete do Primeiro-Ministro são tomeense enquanto durar o processo de nomeação do novo ministro as funções de Ministro de Saúde e Assuntos Sociais serão exercidas pelo Primeiro-Ministro e Chefe do Governo, Gabriel Costa. O MDFM/PL, partido da coligação governamental detentor da pasta de Saúde e Assuntos Sociais reuniu entretanto esta sexta-feira a sua comissão política para analisar a exoneração do Ministro Lionel Pontes e a nomeação do novo titular da pasta.

2.3. Orçamento aprovado em São Tomé e Príncipe

07 Janeiro 2014

RTP www.rtp.pt

Apesar do clima crispado, partidos da coligação votaram a favor das Grandes Opções do Plano e do OGE 2014.

A Assembleia Nacional são-tomense aprovou esta segunda-feira o Orçamento-geral do Estado para 2014 e as Grandes Opções do Plano.

As duas propostas foram aprovadas com 29 votos a favor das bancadas do MLSTP/ PSD, PCD e MDFM-PL - partidos que sustentam o governo e 26 contra da ADI. Avaliado em 159 milhões de dólares (117 milhões de euros), o projeto de orçamento é tido pelo Primeiro-ministro são-tomense - Gabriel Costa, como "o garante da continuação das ações iniciadas em 2013".

Os deputados e o Governo prosseguem esta terça-feira a discussão na especialidade das propostas do OGE e do GOP. A aprovação global geral está marcada para quinta-feira.

2.4. Orçamento de São Tomé e Príncipe para 2014 atinge os 159 milhões de dólares

07 Janeiro 2014

Macau Hub www.macauhub.com.mo

A Assembleia Nacional (parlamento), de São Tomé e Príncipe) aprovou segunda-feira na generalidade o Orçamento Geral de Estado para económico 2014 estimado em cerca de 159 milhões de dólares, – Soube-se de fonte oficial.

A ser sustentado em 90 por cento através de investimento estrangeiro, a maior previsão de financiamento externo atinge 60 milhões de dólares de um empréstimo de Angola, seguido de cerca de 15 milhões de um donativo de Taiwan.

Na lista de financiamentos seguem-se as projecções a serem desbloqueados pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento, Guiné Equatorial, Nigéria, Portugal, Japão e Organizações das Nações Unidas.

O documento que começa hoje a ser discutido na especialidade consta ainda vários projectos sociais no âmbito de luta contra pobreza no arquipélago.

Com política orçamental de contenção das despesas, projecta-se para 2014, um crescimento da economia na ordem 5% e a inflação rondará os 7%.(macauhub)

2.5. Empresa mista de importação de medicamento sob suspeita do governo

09 Janeiro 2014

Vitrina www.vitrina.st

A empresa de importação de medicamentos INFARMA está debaixo de suspeitas do governo. O primeiro-ministro fala em dívidas excessivas com esta empresa e garante que existem medicamentos que estão fora do controlo de estado.

“Eu tive conhecimento de que há uma situação anacrónica porque o governo pagou uma parte da dívida no OE de 2013 e soube que há um armazém em Vigoço que tem consumíveis e outros matérias fora do controlo do ministério dos assuntos sociais e já tomei as medias para saber o que é que se passa”, revelou o primeiro ministro.

“Vamos fazer um rastreio de todos os medicamentos que entrou para este país há três quatro anos atrás, porque o montante da dívida que tem os estado para com a INFARMA é enorme. Na temos na execução orçamental de 2012, 20 mil milhões de dobras que o estado gastou. Foi o ano mais crítico em matéria de medicamentos e nós temos que saber por onde passa os medicamentos. Eu estou decidido a levantar o véu sobre tudo isso e peço a vossa colaboração a vossa fiscalização da actividade governativa com vista a chegarmos ao bom porto”, garantiu o chefe do governo.

O primeiro-ministro, Gabriel Costa disse hoje esperar que o Banco de Urgência totalmente reabilitado e equipado pela cooperação taiwanesa possa entrar em funcionamento dentro das próximas semanas.

A INFARMA é uma empresa de capital mista, sendo 35 por cento do estado são-tomense, 34 da Cabo Verde e restante do sector privado são-tomense.

O governo gastou em 2013 mais de 600 mil dólares com a importação de medicamentos O primeiro ministro diz que os acidentes de viação são tidos como uma das principais causas de excesso de consumo de medicamentos, mas não afasta a suspeitas sobre o desvio e má utilização de medicamentos no principal centro hospital do país.

“Em novembro transato, o estado são-tomense disponibilizou uma verba de 600 mil dólares para importação de medicamentos. Nós tivemos que recorrer a verba das receitas provenientes do pagamento de seguros para poder importar de emergência mais de 100 mil dólares de medicamento para o país”, disse o primeiro-ministro.

“Logo a seguir fizemos uma transferência de mais de 500 mil dólares para a compra de medicamentos para que, face a situação de crise que vivíamos no país, não faltasse medicamentos”, acrescentou o chefe do governo.

Gabriel Costa considera que os acidentes de viação tem gravado o orçamento do sector da saúde, mas acredita também haver uma gestão deficiente do sistema de saúde.

“Uma grande parte de acidentes que se regista no país com traumatismo craniano e outros, essa grande parte de acidente tem sido responsável por uma subida vertiginosa no consumo de consumíveis o que tem drasticamente agravado o orçamento do sector”, sublinhou Gabriel Costa.

O problema de abastecimento de medicamento aos hospitais dominou o debate desta quinta-feira do orçamento geral do estado, altura em que o chefe de executivo defendeu a necessidade das autoridades começarem a pensar na comparticipação dos cidadãos nos custos de saúde.

“O país não tem capacidade financeira para continuar a sustentar a situação que se vive hoje, os gastos que nós temos hoje. O sistema de saúde tal como ele funciona tornou-se in comportável para o orçamento do estado”, disse o chefe do executivo.

Para o chefe do governo “e altura de se começar a refletir na comparticipação dos cidadãos nos custos da saúde.

“É tempo de nós podermos nos debruçar seriamente sobre quem pode pagar quem não pode pagar, a questão do seguro obrigatório, há muitos acidente de circulação que têm impacto directo na situação financeira desse ministério (saúde)” explicou Gabriel Costa.

M. Barros

2.6. Parlamento de São Tomé e Príncipe aprova Orçamento Geral do Estado

11 Janeiro 2014

Portugal Digital www.portugaldigital.com.br

São Tomé - O Parlamento santomense aprovou o Orçamento Geral do Estado (OGE) de 2014, no valor de US\$ 159 milhões de dólares.

O OGE de 2104 prevê vários projetos sociais, designadamente nos setores da educação, da saúde, das infraestruturas, da agricultura e das pescas, que visam responder aos anseios da população.

Do pacote fazem igualmente parte a aquisição de viaturas para a renovação do parque automóvel dos táxis, do transporte público coletivo, a instalação de centros digitais nas vilas e capitais distritais e o crédito financeiro destinado aos pescadores e pequenos agricultores.

O OGE foi adotado com a maioria parlamentar formada pela coligação dos partidos MLSTP/PSD (Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe-Partido Social Democrata), o PCD (Partido da Convergência Democrática) e o MDFM/PL (Movimento Democrático Força da Mudança-Partido Liberal.

Pronunciando-se sobre estes meios colocados ao seu dispor, Gabriel Costa, primeiro-ministro santomense, reconheceu que terá dificuldades para implementar o orçamento,

Estas dificuldades, segundo ele, consistem numa decisão do Banco Mundial (BM), um dos maiores financiadores, que decidiu reduzir as suas contribuições devido ao aumento salarial no setor da educação e da saúde com a implementação do estatuto de carreira dos dois setores.

Por sua vez, José Viegas, líder da bancada parlamentar dos sociais democratas, enalteceu o exercício feito nos últimos três dias, durante a discussão do OGE e das grandes opções do plano.

Afirmou que, em 2010 2011 2012, o debate aberto sobre o orçamento não existiu no então Governo liderado pelo ex-primeiro ministro Patrice Trovoada.

Do seu lado, Delfim Neves, líder da bancada dos convergentes democráticos, condenou o voto contra da Ação Democrática Independente (ADI), acusando-a de não querer o bem-estar dos santomenses.

Justificando-se sobre a sua posição contra a aprovação do OGE 2014, em nome da oposição, o líder da bancada da Ação Democrática Independente (ADI), Levy Nazaré, frisou que nenhum partido deve esquecer projetos prioritários (sem os especificar) para a população.

2.7. São Tomé e Príncipe: Versão final do OGE 2014 deverá ser produzida nos próximos dias

13 Janeiro 2014

Jornal Digital www.jornaldigital.com

São Tomé – A Comissão Especializada Permanente para os Assuntos Económicos e Financeiros da Assembleia Nacional e o Governo deverão produzir nos próximos dias a versão final do Orçamento Geral do Estado para 2014, que deverá ser assinado pelo Presidente da Assembleia Nacional e enviado ao Presidente da República para promulgação.

A finalidade é incluir propostas e sugestões exequíveis, feitas durante o debate na especialidade, na última semana, de forma precisa e com as respectivas verbas.

A fraca capacidade do país em gerar riqueza, pelo menos por enquanto, não permite adoptar na totalidade o que foi avançado pelos representantes do povo. As receitas internas só dão para cobrir 91% das despesas correntes. A implementação de carreiras na Saúde e na Educação provocou derrapagem. O ministro do Plano e Finanças, Hélio Almeida, alertou que a margem de manobra do Governo atingiu o limite, apelando para que não haja pressões para o aumento de despesas.

Uma boa parte dos deputados concordou no sentido do país potenciar o sector turístico, tendo em conta a recente notícia publicada pela CNN, que inclui São Tomé e Príncipe como um dos dez melhores destinos de sonho para 2014.

O canal de televisão norte-americano destacou, além da beleza natural das ilhas, a arquitectura

das casas coloniais, como um bom alvo de atracção, bem como a sua fauna e flora, nomeadamente a variedade de espécies de pássaros, as plantações de café e cacau e os produtos derivados destes.

A CNN deixou, no entanto, um aviso: «foi descoberto petróleo ao largo de São Tomé, por isso, o melhor é ir lá o mais cedo possível».

Apesar do clima positivo em que decorreram as discussões na plenária, na hora de aprovar os documentos na globalidade, o principal partido da oposição (ADI) votou contra.

O deputado e secretário-geral do ADI, ao explicar o sentido de voto da sua bancada, acusou o primeiro-ministro de ter-se esquecido de incluir projectos tão importantes para o país, como a questão dos jovens com iniciativa empresarial, os taxistas, as mães carenciadas, transporte escolar, requalificação do parque automóvel, apoio às palaiês (vendedoras de pescado), aos agricultores e pescadores e o socorro veio das bancadas que suportam o Governo, que pediram a suspensão dos trabalhos por um mês para que os mesmos fossem introduzidos no OGE.

«Não é admissível (...) Isso explica, de facto, que o seu Governo não sabe bem o que está a fazer. Nós reprovamos porque se o senhor esqueceu, logo não sabemos se o senhor vai fazer, mesmo que já estejam diluídos como disse o senhor ministro da Finanças nas várias rubricas. Nós não acreditamos neste orçamento e é este o nosso sentido de voto», disse Levy Nazaré.

O líder da bancada parlamentar do PCD rejeitou a acusação, recordando que foi o primeiro-ministro quem alertou os deputados que, por erro técnico, os referidos projectos não tinham sido incluídos nos instrumentos de governação em debate. Para Delfim Neves, o ADI caiu numa contradição.

«Mais grave do que isso, senhor primeiro-ministro é dizer que se esqueceu de projectos importantes e depois de estarem incluídos no orçamento, votar contra (...) Esses é que não estão de acordo com esses projectos, não estão de acordo com o povo», sublinhou.

Por sua vez, o líder da bancada parlamentar do MLSTP recordou que «foi a primeira vez nessa legislatura que todos os deputados colocaram as suas preocupações, sugeriram a alteração necessária».

«Tivemos no passado, em 2010, 2011 e 2012 uma bancada completamente silenciosa. Não sabia quais eram as prioridades do país. Colava-se cegamente às derrapagens que o Governo andou a fazer», criticou José Viegas, referindo-se ao comportamento da bancada do ADI nos dois primeiros anos da presente legislatura.

O presidente da Assembleia Nacional qualificou o voto contra da bancada do partido dos anéis de «suave». Alcino Pinto preferiu destacar a participação de todas as bancadas e do único deputado do MDFM na melhoria dos documentos, e o ambiente positivo que marcou o debate.

O OGE 2014 tem um tecto de cerca de 160 milhões de dólares.

2.8. São Tomé: Ministro acusado de corrupção

15 Janeiro 2014

Voz da América, www.voaportuques.com

Em causa está um acordo de compensação financeira assinado com a CST, Companhia Santomense de Telecomunicações, pela directora do tesouro.

O Ministro do Plano e Finanças de São Tomé e Príncipe foi acusado pela oposição de ter lesado o estado em mais de trezentos mil euros.

Em causa está um acordo de compensação financeira assinado com a CST, Companhia Santomense de Telecomunicações, pela directora do tesouro em Março de 2013.

Cerca de 15 dias depois da demissão do Ministro de Saúde e Assuntos Sociais alegadamente por prática de actos de corrupção, surge a notícia de mais um alegado escândalo financeiro no governo chefiado por Gabriel Costa.

Desta vez o visado é o Ministro de Plano e Finanças, Hélio Almeida. De acordo com um artigo publicado no site do partido da oposição, ADI, o governante santomense teria ordenado a assinatura de um acordo ilegal de compensação de crédito com a Companhia Santomense de Telecomunicações em 23 de Maio do corrente ano através do qual poderá ter lesado o Estado em mais de 300 mil euros. O Ministro de Plano e Finanças rejeitou as acusações da ADI e explicou que o referido acordo visava sanear as dívidas de telecomunicações contraídas pelo anterior executivo. O ministro esclareceu também a cláusula de confidencialidade introduzida no referido acordo, argumentando que a mesma está ligada aos serviços de valor acrescentado sobejamente conhecidos pelos sucessivos governos do país.

Perante outra acusação do partido da oposição, segundo a qual o Ministro de Plano e Finanças teria rejeitado o relatório de auditoria que concluiu que as contas da CST contêm incorrecções contabilísticas e que a empresa incorreu em práticas de fuga e evasão fiscais tendo lesado o tesouro público em cerca de 850 mil euros, Hélio Almeida reagiu com indignação e aproveitou para acusar o ex-director da inspecção-geral das Finanças de ter manipulado o referido relatório.

À margem desses acontecimentos a Voz da América sabe que está em curso negociações entre os três partidos que sustentam o executivo de São Tomé e Príncipe com vista a uma urgente remodelação governamental.

2.9. São Tomé e Príncipe: "será outra vez um escândalo financeiro?".

15 Janeiro 2014

RFI www.portuques.rfi.fr

O partido da oposição Acção Democrática Independente (ADI) acusa o governo de ter lesado o Estado em mais de 300 mil euros. A denúncia é apoiada num relatório de Inspeção Geral de Finanças, na sequência da auditoria à Companhia São-tomense de Telecomunicações (CST) que foi rejeitada pelos ministros das Obras Públicas e das Finanças.

"Será outra vez um escândalo financeiro?" é desta forma que o partido da oposição são-tomense questiona o governo da estar envolvido noutra caso de "gestão danosa, de grande envergadura".

Segundo o partido da oposição, o ministro do Plano e Finanças, Hélio Almeida, terá violado as leis da República ao ordenar a Directora do Tesouro, Ana Maria Silveira, "que não poderia ignorar o carácter ilegal e fraudulento do acto por ela praticado, a assinatura de um Acordo de Compensação de crédito com a CST. Ou seja, autorizou que a CST deixasse de pagar o que deve ao Estado, alegadamente porque o Estado também tem dívidas com a CST. Situação que numa gestão de quitanda até é aceitável, mas que na gestão do Estado é absolutamente proibido", lê-sena publicação.

Em entrevista à RFI o **secretário-geral da ADI, Levy Nazaré**, deixou claro que, perante a lei são-tomense, o acordo de compensação de crédito prejudica o Estado são-tomense em mais de 300 mil euros.

A acusação do partido da oposição é apoiada num relatório de Inspeção Geral de Finanças, na sequência da auditoria à CST que, segundo o documento da ADI, foi rejeitado pelos ministros das Obras Públicas e das Finanças. No documento a ADI dá explica que "acordo de reconhecimento mútuo de crédito foi assinado com devido enquadramento legal e surge no âmbito de avultadas dívidas de telecomunicações contraídas pelo anterior governo".

O **Ministro das Obras Públicas e Recursos Naturais, Osvaldo Abreu**, em entrevista à RFI, refuta as acusações da ADI. O relatório terá dado entrada no ministério das Obras Públicas, e "foi remetido para os serviços competentes do ministério das Finanças, ou seja, o director administrativo financeiro para poderem apreciar e tecerem algumas considerações sobre o mesmo", esclareceu o ministro.

O Ministro das Obras Públicas e Recursos Naturais esclareceu nunca ter visitado os escritórios dos administradores da empresa de telecomunicação são-tomense que, segundo Osvaldo Abreu, "não corresponde à verdade. Nem sequer a visita de trabalho que normalmente devo fazer, e tinha planeado fazer nem sequer essa realizei. Nunca, em nenhum momento, estive nos escritórios da empresa de telecomunicação, não obstante ser da minha tutela".

2.10. Remodelação governamental são-tomense

21 Janeiro 2014

RFI www.portuques.rfi.fr

O Presidente da República, Manuel Pinto da Costa, nomeou novos ministros e remodelou o governo após ter exonerado Osvaldo Abreu do cargo de ministro das Obras Públicas, Infraestruturas e Recursos Naturais.

O ministro das Obras Públicas que completara, no passado mês de Dezembro, um ano neste cargo foi substituído por Fernando Maquengo de Freitas, antigo director da agência nacional de petróleo.

Fernando Maquengo conta com alguma experiência governamental sendo sido, no passado, ministro do Trabalho e Solidariedade.

O ministério da saúde e dos Assuntos Sociais que se encontrava, desde o passado dia 2 de Janeiro sem ministro, foi entregue a Maria Tomé que já fora ministra dos Assuntos Sociais.

O Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe – Partido Social Democrata (MLSTP-PSD) soma algumas áreas importantes para São Tomé e Príncipe, nomeadamente, energia, telecomunicação, petróleo, transportes, água e habitação.

O actual executivo anunciou ainda dar mais importância ao turismo, uma vez que, nos últimos dez anos representa um dos sectores que mais receitas tem gerado para o país, como nos conta **nosso correspondente em São Tomé, Maximino Carlos**.

2.11. Titulares de cargos políticos estão isentos de julgamento por crime de corrupção

10 Fevereiro 2014

Téla Nón www.telanon.info

A justiça são-tomense não poderá deitar as mãos sobre os titulares de cargos políticos caso pratiquem actos de corrupção. Segundo Celiza Deus Lima (na foto), Bastonária da Ordem dos Advogados, propositadamente os deputados aprovaram uma lei que os isenta, de qualquer julgamento ou condenação por prática de corrupção.

Numa intervenção na Televisão São-tomense, por causa do desacato às ordens do Tribunal, a Bastonária da Ordem dos Advogados, Celiza de Deus Lima, abriu parênteses para denunciar uma situação que o povo não sabia.

Afinal nem adianta apresentar-se queixas ou fazer denúncias de actos de corrupção contra os detentores de cargos políticos em São Tomé e Príncipe. Todos, desde deputados, passando por Presidentes de Câmaras, Ministros, Primeiro-ministro, Presidente da República e outros, estão devidamente blindados, contra qualquer acção judicial por prática de crime de corrupção. «**No código penal não há uma lei que pune o crime de corrupção**», denunciou a Bastonária da Ordem dos Advogados.

Essa isenção legal, beneficia os detentores de cargos políticos. «**Os nossos deputados quando aprovaram o código penal isentaram-se a si próprios da responsabilidade penal. Hoje, um deputado, o Presidente da Câmara, o Ministro, o Primeiro-ministro, o Presidente da República, se algum deles cometer um crime de corrupção, a decisão final que há-de recair sobre o caso é o arquivamento**», declarou a Bastonária que chamou a atenção do povo para o conhecimento deste esquema legal, alegadamente arquitectado no Parlamento.

A bastonária da ordem dos advogados, acrescentou que **«não se pode punir alguém sem que haja uma lei anterior. E os senhores deputados propositadamente aprovaram uma lei em que todos os cidadãos são punidos, e eles que são os representantes do povo que foram eleitos pelo povo para defender os interesses do povo, colocam-se acima da lei, portanto não podem ser responsabilizados. Isto para vermos como anda tudo subvertido»**, disparou Celiza Deus Lima.

A Bastonária da Ordem dos Advogados, recordou que o país assiste uma enchente de queixas-crime de corrupção, apresentadas ao Ministério Público por parte de partidos políticos, uns apresentando queixas contra outros.

Ao pulsar a realidade legal, tudo pode não passar de simples teatro, porque afinal de contas os mesmos partidos políticos e seus agentes, sabem que aprovaram leis que os isentam de tais crimes. **«No nosso país temos pequenos aglomerados de cidadãos que se consideram acima da lei»**, frisou a Bastonária da Ordem dos Advogados.

Em São Tomé e Príncipe, não há base legal para os detentores de cargos políticos serem julgados e consequentemente condenados por prática e corrupção.

Facto que põe hipocrisia nos discursos de luta e combate contra a corrupção, que são feitos pelos políticos.

Abel Veiga

2.12. S. Tomé e Príncipe tem uma nova lei eleitoral

16 Fevereiro 2014

RFI www.portuques.rfi.fr

Os santomenses passam a ter uma nova eleitoral, acabada de ser aprovada pelo Parlamento santomense e que prevê uma redução do número de deputados e fecha as portas à diáspora.

Os deputados da Assembleia Nacional em S. Tomé e Príncipe, votaram esta sexta-feira, 14 de fevereiro, uma nova lei eleitoral que reduz o número de deputados nos círculos eleitorais, mas também, aperta o cerco à corrupção eleitoral, com a prática de compra de votos.

Esta nova lei eleitoral, penaliza igualmente, os emigrantes santomenses, já que não poderão votar nas eleições legislativas, enquanto qualquer cidadão santomense que tenha feito prisão, fica excluído de poder apresentar a sua candidatura às presidenciais.

De notar, que 28 deputados da maioria do MLSTP-PSD, MDFM-PL e PCD, votaram a favor da nova lei eleitoral e 26 contra, sobre da ADI, Acção Democrática Independente.

A ADI, principal partido da oposição, disse ter votado contra, porque essa nova lei eleitoral, lhe veda o caminho para uma maioria absoluta, ao modificar a geografia dos círculos eleitorais.

Também o PCD, Partido da Convergência Democrática, que faz parte da maioria, e que esteve na origem da iniciativa da proposta eleitoral, afirma que com o diploma ficou aberta **avia para a fraude eleitoral**, denunciando ainda "**incongruências**", quer no diploma, quer na Constituição, nessas matérias.

Entretanto, o diploma mereceu ainda **críticas da Bastonária dos advogados santomenses**, que estranhou o facto de detentores de cargos políticos, que tenham cometido crimes de corrupção, estejam isentos de qualquer acção judicial.

2.13. São Tomé e Príncipe precisa de diálogo contra "pobreza", diz PR Pinto da Costa

24 Março 2014

Diário Digital www.diariodigital.sapo.pt

O presidente são-tomense, Manuel Pinto da Costa, afirmou hoje que o seu povo "continua a viver em pleno século XXI o flagelo da pobreza" e defendeu o diálogo nacional como forma de fazer as reformas necessárias.

"Somos demasiadamente pequeno para estarmos divididos", afirmou o chefe de estado no discurso de abertura dos trabalhos do Diálogo Nacional, que vão decorrer durante os próximos quatro dias na capital são-tomens

Pinto da Costa defendeu que o diálogo é o caminho para encontrar "a riqueza dos consensos necessários para implementar sistematicamente as reformas que o país carece para avançar rumo a modernidade" mas afastou a ideia de que os resultados deste diálogo nacional sejam vinculativos.

"O que está em causa no dialogo nacional é a obtenção de consensos e os consensos só são possíveis através da adesão a esses entendimentos das pessoas, organizações ou partidos políticos", explicou.

"A força dos consensos obtidos e a sua implementação não reside no seu carácter jurídico mas sim na vinculação voluntária de quem os subscrive. É isso que verdadeiramente está em cima da mesa neste diálogo", acrescentou.

O diálogo nacional está a decorrer sem a presença do partido Acção Democrática Independente, que na última sexta-feira devolveu à Presidência da República os cerca de 100 convites enviados a este partido da oposição.

O presidente do governo regional, José Cassandra, lamentou a "radicalização de posição" do ADI, considerando que ela tende a perpetuar problemas.

"Independentemente das relações estabelecidas entre nós, suportadas por um enquadramento jurídico-constitucional, político partidário e institucional pré-estabelecido, o único sistema que

poderia alimentar o nosso ódio individual deveriam ser as condições sociais e económicas em que o nosso povo ainda se encontra", lembrou o presidente do governo regional.

José Cassandra propôs atribuição de nacionalidade são-tomense à comunidade cabo-verdiana radicada no arquipélago, que considera ter vindo a contribuir há mais de 40 anos para o desenvolvimento nacional.

O presidente da câmara distrital de Caué, Américo Pinto propôs por seu lado que "o diálogo nacional culmine com um referendo para que as recomendações registadas se cumpram".

2.14. Arranque do Diálogo Nacional em São Tomé e Príncipe

24 Março 2014

RFI www.portugues.rfi.fr

Desde hoje e até sexta-feira, decorre na capital são-tomense a conferência do "Diálogo Nacional" promovida pelo presidente Pinto da Costa, com a presença de cerca de 1000 delegados oriundos de diversos distritos, a região autónoma do Príncipe, a sociedade civil, a diáspora bem como representantes dos partidos políticos, com excepção da ADI, Acção Democrática Independente, na oposição, que em várias ocasiões expressou o seu desacordo com os moldes dessa auscultação.

Discursando na abertura destes cinco dias de conferência, o presidente são-tomense defendeu este processo como forma de efectuar as reformas necessárias, declarando "somos demasiadamente pequenos para estarmos divididos". Ao esboçar um balanço preliminar deste primeiro dia de discussões, Amaro Couto, Chefe da Casa Civil do Presidente da República e porta-voz do Diálogo Nacional, mostra-se satisfeito e enuncia os principais contributos obtidos até agora.

Por seu lado, Levy Nazaré, secretário-geral da ADI, reitera o desacordo do seu partido com este processo, designadamente por decorrer sob a égide do Presidente da República e por ter sido agendado pouco antes das eleições gerais que em princípio devem realizar-se até Julho.

Apresentado até agora como um processo que pretende produzir efeitos vinculativos, o Diálogo Nacional foi hoje evocado pelo presidente Pinto da Costa como sendo uma iniciativa cuja "implementação não reside no seu carácter jurídico mas sim na vinculação voluntária de quem os subscreve". Contudo, para Levy Nazaré, a grelha de leitura é diferente. Ao acusar o presidente de estar a utilizar o Diálogo Nacional como manobra para adiar as eleições, o secretário-geral da ADI sublinha ainda que o carácter vinculativo deste diálogo implica necessariamente alterações a nível da Constituição.

Ao considerar, por seu lado, que o Diálogo Nacional não induz obrigatoriamente modificações na Lei Magna, Amaro Couto, porta-voz do Diálogo Nacional, desmente quaisquer veleidades de adiamento das eleições.

Refira-se ainda que entre os contributos registados no quadro do Diálogo Nacional, destacou-se nomeadamente a proposta de Américo Pinto, presidente da câmara distrital de Caué, que preconizou que este processo culmine com um referendo "para que as recomendações registadas se cumpram".

2.15. PR de São Tomé e Príncipe pede mais combate à compra de votos no país

25 Março 2014

RTP www.rtp.pt

O combate à compra de votos, conhecido em São Tomé e Príncipe como o "banho", e ao tráfico de influências partidárias foram hoje tema de debate, numa iniciativa do Presidente, que reclama mais transparência no processo democrático.

No segundo dia do Diálogo Nacional, que junta a maior parte dos partidos são-tomenses e vários representantes da sociedade civil, o debate centrou-se nos processos de "reforço da democracia", explicou o Presidente, Manuel Pinto da Costa.

Para o chefe de Estado, este tema é "de importância capital, dos mais importantes que estão agendados para este debate", que junta cerca de mil delegados.

O "banho" é uma tradição de subornos para a compra de votos a eleitores, que esperam junto aos locais de votação à espera da melhor oferta dos partidos políticos.

Para muitos dos participantes no encontro, a democracia no país é colocada em causa com os procedimentos menos claros e a falta de diálogo e acordo entre os partidos políticos.

"Em 10 anos mudou-se 10 governos. Mudou-se a constituição e mudou-se o regime para pendor parlamentar. A crise saiu do palácio presidencial e passou-se para o parlamento", explicou a deputada do MLSTP-PSD Maria das Neves, recordando o impasse político que causou a mudança de sistema presidencialista para semipresidencial.

"Não é mudando o sistema de governo que se consegue a estabilidade. É preciso mudar a mentalidade de homens e mulheres deste país", sublinha Maria das Neves reconhecendo que no arquipélago "o clima de crispação tem aumentado, o ódio tomou conta do país, a vingança e a perseguição têm falado mais alto".

O tema de hoje está a suscitar várias intervenções, mas os debates foram suspensos devendo prosseguir esta quarta-feira com mais de duas dezenas de participantes sem poder usar de palavra.

2.16. PR são-tomense pede mais combate à compra de votos no país

26 Março 2014

ANGOP www.portalangop.co.ao

O combate à compra de votos, conhecido em São Tomé e Príncipe como o "banho", e ao tráfico de influências partidárias foram terça-feira tema de debate, numa iniciativa do presidente Manuel Pinto da Costa, que reclama mais transparência no processo democrático.

No segundo dia do Diálogo Nacional, que junta a maior parte dos partidos são-tomenses e vários representantes da sociedade civil, o debate centrou-se nos processos de "reforço da democracia", explicou o Presidente, Manuel Pinto da Costa.

Para o chefe de Estado, este tema é "de importância capital, dos mais importantes que estão agendados para este debate", que junta cerca de mil delegados.

O "banho" é uma tradição de subornos para a compra de votos a eleitores, que esperam junto aos locais de votação à espera da melhor oferta dos partidos políticos.

Para muitos dos participantes no encontro, a democracia no país é colocada em causa com os procedimentos menos claros e a falta de diálogo e acordo entre os partidos políticos.

"Em 10 anos mudou-se 10 governos. Mudou-se a constituição e mudou-se o regime para pendor parlamentar. A crise saiu do palácio presidencial e passou-se para o parlamento", explicou a deputada do MLSTP-PSD Maria das Neves, recordando o impasse político que causou a mudança de sistema presidencialista para semi-presidencial.

"Não é mudando o sistema de governo que se consegue a estabilidade. É preciso mudar a mentalidade de homens e mulheres deste país", sublinha Maria das Neves reconhecendo que no arquipélago "o clima de crispação tem aumentado, o ódio tomou conta do país, a vingança e a perseguição têm falado mais alto".

O tema de terça-feira suscitou várias intervenções, mas os debates foram suspensos devendo prosseguir nesta quarta-feira.

2.17. Ministério Público são-tomense vai entregar a tribunal processos-crime contra políticos

27 Março 2014

ANGOP www.portalangop.co.ao

O Ministério Público de São Tomé e Príncipe vai entregar "brevemente" vários processos-crime contra titulares de cargos políticos, anunciou o procurador-geral são-tomense, Frederico Samba.

"Se se tem a impressão de que o Ministério Público não está a fazer nada, digo que sim e brevemente algumas acusações darão entrada no tribunal", disse Frederico Samba durante uma conferência sobre o diálogo ente forças políticas de São Tomé e Príncipe, que entrou quarta-feira no seu terceiro dia.

Frederico Samba adiantou que "o ministério público tem encontrado algumas barreiras ao nível do desencadeamento de processos penais, sobretudo no que se refere aos crimes económicos e financeiros".

"Desde que assumi o ministério público como procurador-geral, tenho dito que uma das bandeiras é o combate à corrupção, aos crimes económicos e financeiros. Foram feitos vários pedidos, mas o MP até agora não conseguiu obter qualquer pronúncia da Assembleia Nacional, isto efectivamente é uma questão que preocupa", afirmou.

O PGR são-tomense disse que "quando um processo é desencadeado contra um cidadão comum por vezes é mais célere enquanto em relação a outras figuras, como as detentoras de cargos políticos, acaba por ter alguma morosidade".

Frederico Samba confirma que existem "processos pendentes ao nível do ministério público, alguns deles contra figuras detentoras de cargos políticos".

"O ministério público, perante as denúncias que tem recebido, tem encontrado algumas barreiras relacionadas com a imunidade parlamentar que é uma questão que deve ser discutida", referiu.

2.18. Presidente do governo do Príncipe posto em xeque

27 Março 2014

RFI www.portuques.rfi.fr

Estão a ser queimados os derradeiros cartuchos do Diálogo nacional em São Tomé e Príncipe. Uma iniciativa cara ao presidente Manuel Pinto da Costa que encerra nesta sexta-feira. Um dos momentos polémicos prendeu-se com a situação na Ilha do Príncipe com críticas de uma interveniente de ali se viver um clima de medo. O presidente do Governo regional atribuiu estas declarações ao clima de pré-campanha.

Graça Lavres, habitante do Príncipe, denunciara uma política da "terra queimada" e uma "ditadura silenciosa" onde as pessoas viveriam com medo. A cidadã em causa convidou o chefe de Estado a visitar essa parcela do território nacional para se inteirar da real situação.

Uma alocução que teve lugar no âmbito do tema "Reforço da democracia".

Este um evento que, recorde-se, está a ser boicotado pela ADI, Acção democrática independente, do ex primeiro-ministro Patrice Trovoada que põe em causa, nomeadamente, o facto de se estar a escassos meses das eleições previstas para Julho.

2.19. Presidente de São Tomé e Príncipe diz que é possível ser um "país modelo"

29 Março 2014

Notícias ao Minuto www.noticiasao minuto.com

O Presidente são-tomense, Manuel Pinto da Costa, defendeu hoje ser possível fazer de São Tomé e Príncipe um "país modelo" na sua região e "renovar a esperança" de ter um país diferente.

"Somos capazes de conseguir fazer do século XXI o século da afirmação de São Tomé e Príncipe como país modelo da sua região em África", disse Pinto da Costa no final do debate Diálogo Nacional, promovido pela Presidência e no qual foram aprovadas mais de uma centena de recomendações.

Para o estadista são-tomense, que dirigiu pessoalmente os trabalhos durante seis dias, "é preciso encontrar, apesar das diferenças, os consensos necessários para a tão reclamada mudança, para fazer o país avançar rumo ao progresso e assim vencer, no mais curto espaço de tempo, o seu grande desígnio, que é o combate a pobreza".

O governante afirmou ser também possível "renovar a esperança num país diferente, na reconciliação da família santomense e num futuro de união, de paz, tolerância e liberdade, democracia, progresso e desenvolvimento".

"Este é, sem dúvida, um objetivo ambicioso mas que está ao nosso alcance, pois, se vencemos a escravatura e vencemos o colonialismo, saberemos mais uma vez vencer com realismo esse desafio", acrescentou.

Manuel Pinto da Costa disse que o país já "deu um passo exemplar" rumo à mudança e ao combate à pobreza, num "exemplo de cidadania", mas sublinhou que é preciso agora "trabalhar muito e arduamente para concretizar o sonho de mudar" efetivamente São Tomé e Príncipe.

"A forma como decorreu esse trabalho permite-me retirar uma conclusão simples: o Diálogo Nacional veio para ficar e, estou certo, constituirá um valioso instrumento estratégico ao serviço da grande coligação de vontades, tão necessária ao desenvolvimento de São Tomé e Príncipe", declarou.

O Diálogo Nacional, que se prologou durante seis dias e teve como temas principais o reforço da democracia, a promoção do desenvolvimento económico, social e cultural e a moralização da sociedade, aprovou mais de uma centena de recomendações cuja forma de aplicação var ser discutida por uma comissão criada para o efeito.

Entre as recomendações mais importantes figura a possibilidade de atribuição de cidadania são-tomense aos cabo-verdianos, angolanos e moçambicanos que trabalham e residem em São Tomé e Príncipe há mais de 40 anos.

A necessidade de reposição da autoridade do Estado é referida também como "uma causa nacional", incluindo ainda as recomendações a reforma da justiça e da administração pública e a limitação de mandatos dos deputados e dos presidentes das câmaras municipais e do presidente do governo regional.

Fradique de Menezes, antigo Presidente da República, participou neste último dia de trabalhos.

2.20. Diálogo Nacional chega ao fim em São Tomé

29 Março 2014

RFI www.portugues.rfi.fr

Terminou hoje em São Tomé e Príncipe o Diálogo Nacional. O reforço da democracia, o desenvolvimento social, económico e a moralização da sociedade foram algumas das prioridades apontadas pelos participantes ao longo destes cinco dias de debate no arquipélago.

No encerramento dos trabalhos a sociedade civil e os partidos políticos, excepto a ADI, recomendaram um reforço da democracia no país. A decisão é tomada numa altura em que têm sido muitas as críticas feitas à governação, o último a apontar o dedo foi o Procurador-Geral da República, Frederique Samba, que acusou a Assembleia Nacional de ser um obstáculo na luta contra a criminalidade económica e financeira.

O desenvolvimento da promoção económica, social e cultural do país foi outro dos temas em análise neste diálogo, os participantes foram unânimes em reconhecer a urgência de promover

mecanismos que possibilitem uma melhor performance financeira do arquipélago, nomeadamente na captação de investimento externo.

Na mais recente previsão do Fundo Monetário Internacional, o organismo financeiro afirma que o país deve registar um crescimento de 5% em 2014, todavia ressalva que desempenho económico de São Tomé e Príncipe vai continuar condicionado pelas fracas perspectivas de financiamento externo para os projectos de investimento.

A educação e o desenvolvimento humano não foram esquecidos pelos participantes que defenderam que sem uma forte aposta nestas áreas o país não conseguirá atingir os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio.

Uma última premissa deste diálogo foi a criação de uma Comissão de Seguimento cujo trabalho será certificar-se de que as recomendações saídas destes cinco dias de diálogo serão aplicadas pelos órgãos de soberania, partidos políticos e sociedade civil.

3. Investimentos

3.1. Angola reforça influência em São Tomé e Príncipe com linha de crédito

27 Janeiro 2014

Macau Hub www.macauhub.com.mo

São Tomé e Príncipe é cada vez mais um destino para investimentos angolanos em sectores estratégicos como aeroportos e infra-estruturas, tendência que deverá ser impulsionada com a linha de crédito a abrir em 2014 por Angola.

Com um valor de 180 milhões de dólares, de acordo com a imprensa local mas não confirmado pelas autoridades angolanas, a linha de crédito equivalerá a 50% do PIB são-tomense e começará a ser desembolsada este ano, com uma primeira fatia de 60 milhões de dólares, para financiar “projectos de desenvolvimento”.

Para a Economist Intelligence Unit (EIU), o financiamento demonstra os “laços cada vez mais próximos entre Angola e São Tomé e Príncipe”, com “potencial para impulsionar o crescimento económico” no arquipélago.

“A linha de crédito sublinha a crescente influência de Angola”, que “já tem significativos interesses de negócios no país e deverá registar-se um novo aumento da presença de

investidores e empresas angolanas no arquipélago a curto prazo”, refere o último relatório da EIU sobre Angola.

Empresas angolanas têm ganho ao longo dos últimos anos posições estratégicas na economia são-tomense, em particular a petrolífera estatal Sonangol, que é hoje das empresas mais influentes no arquipélago.

Em 2012, a Sonangol chegou a acordo para comprar pelo menos 51% da companhia aérea de bandeira de São Tomé, a STP, através da Sonair, que actua sobretudo no apoio à actividade petrolífera em Angola.

Além disso, a petrolífera está nos sectores são-tomenses dos combustíveis, dos portos e aeroportos, possuindo ainda um programa de formação de quadros e tendo a possibilidade de se expandir para outros sectores.

No ano passado, a mais conhecida empresária angolana, Isabel dos Santos, visitou por algumas horas o arquipélago, onde está a implantar-se a Unitel, empresa de telecomunicações de que é accionista e que tem estado a expandir-se também noutros países lusófonos, como Cabo Verde.

A linha de crédito, segundo alguns “media” são-tomenses, será reembolsada através de participações em futuros projectos petrolíferos locais, embora São Tomé e Príncipe ainda não tenha identificado reservas petrolíferas em quantidade que permita a exploração de forma viável.

Segundo a Economist, o desembolso da linha irá colocar sob pressão as contas públicas são-tomenses, dado que a dívida externa já atinge actualmente 93% do PIB, incluindo mais de 24 milhões de dólares de pagamentos atrasados a Angola.

Para que possam gerar crescimento substancial e não minar a sustentabilidade da posição da dívida são-tomense, os empréstimos terão de ser altamente bonificados, uma vez que a gama de exportações são-tomenses é muito reduzida.

Alguns dos parceiros tradicionais de São Tomé, contribuintes para o Orçamento de Estado, têm vindo a afastar-se, obrigando a procurar apoios na região, a somar à antiga parceria com Taiwan.

No último ano, subiram de tom os rumores de uma reaproximação a Pequim, como a que se deu com a Guiné-Bissau no tempo de “Nino” Vieira, dada a maior proximidade do actual presidente, Manuel Pinto da Costa, em relação à China.

Apesar de não existirem relações diplomáticas com a China há 15 anos, o arquipélago enviou uma missão à conferência ministerial do Fórum Macau, no início de Novembro de 2013, chefiada pelo ministro do Plano e Finanças, Hélio Almeida, com estatuto de observador.

Já em Outubro, a ministra dos Negócios Estrangeiros, Cooperação e Comunidades, Natália Umbelina, havia realizado uma visita oficial à China.

Outro membro do governo, Osvaldo Abreu, ministro das Obras Públicas, Infra-estruturas e Recursos Naturais, afirmou posteriormente que a China vai abrir uma “representação de ligação” comercial em São Tomé, nas instalações da sua antiga embaixada.

3.2. Visita relâmpago de Gabriel Costa à Angola permitiu reforçar parceria estratégica em curso

19 Fevereiro 2014

Téla Nón www.telanon.info

Um jacto do Governo angolano veio buscar o Primeiro-ministro Gabriel Costa na última terça – feira, e o trouxe de regresso na quarta. Reforço da parceria estratégica entre os dois países, foi segundo Gabriel Costa o objectivo da visita relâmpago, que inclui encontro com o Presidente angolano José Eduardo dos Santos.

Numa altura em que o país viveu alguma perturbação política e militar, o Primeiro Ministro Gabriel Costa, foi a Angola, parceiro estratégico de São Tomé e Príncipe, para tratar de assuntos da cooperação bilateral.

Segundo a agência de notícias de São Tomé e Príncipe, – STP-Press, o Chefe do Governo são-tomense considerou de positiva a sua deslocação a Luanda, onde acertou aspectos ligados ao acordo financeiro no valor de 180 milhões de dólares, assinado entre os dois países.

São Tomé e Príncipe aguarda ansiosamente pelo desbloqueamento da linha de crédito, que deverá alimentar a economia nacional, e reforçar a parceria estratégica com Luanda.

Questões da actualidade política e social são-tomense, terão sido afluídas entre Gabriel Costa e o Presidente José Eduardo dos Santos.

Abel Veiga

3.3. São Tomé e Príncipe recebe 10 fundos da União Europeia avaliado em 22 milhões de euros

19 Fevereiro 2014

Téla Nón www.telanon.info

O acordo de atribuição de mais 10 fundos da União Europeia para financiar o sector das infraestruturas, foi assinado na terça – feira no Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação. Trata-se de um acordo complementar ao tratado de cooperação que liga São Tomé e Príncipe e a União Europeia.

Natália Umbelina Ministra dos Negócios Estrangeiros e Cooperação e Cristina Barreiro Martins embaixadora da União Europeia, foram os subscritores do acordo.

Segundo a Agência de Notícias de São Tomé e Príncipe, STP-Press o acordo financeiro permite ao arquipélago receber 10 fundos europeus para o desenvolvimento. A estrada que liga a comunidade de Gaspar ao Porto da cidade de Santo António na ilha do Príncipe, vai ser construída.

Na ilha de São Tomé, o referido Fundo Europeu, vai permitir a construção da estrada de valor económico que liga a Roça Agostinho Neto, à comunidade de Caldeira grande produtora de cacau e de cereais nomeadamente o milho.

Abel Veiga

3.4. Japão constroi porto pesqueiro em São Tomé e Príncipe

28 Fevereiro 2014

Notícias Sapo www.noticias.sapo.pt

O Governo japonês vai financiar a construção em São Tomé e Príncipe de um porto pesqueiro equipado com vários navios de pesca, equipamentos de descarga e de transformação do pescado, anunciou hoje o executivo são-tomense.

Em comunicado do Conselho de Ministros, o porta-voz do Governo, o ministro da Educação, Cultura e Formação, Jorge Bom Jesus, considerou o investimento japonês "um grande projeto no setor das pescas" que "vai arrancar nos primeiros meses do próximo ano".

Segundo a mesma fonte, o projeto está avaliado em sete milhões de euros.

3.5. Líbia quer vender investimentos em São Tomé e Príncipe

19 Março 2014

Africa 21 Digital www.africa21digital.com

A Líbia pretende recuperar parte de um investimento em São Tomé e Príncipe num projeto agroindustrial avaliado em 4,8 milhões de euros.

A Líbia pretende recuperar parte de um investimento em São Tomé e Príncipe num projeto agroindustrial avaliado em 4,8 milhões de euros.

Dois enviados do Governo líbio estão no arquipélago para negociar a venda de uma fábrica de produção de água mineral construída de raiz há dois anos com equipamentos novos situada nos arredores de Monte Café, uma antiga empresa agrícola que dista cerca de 20 quilómetros da capital santomense.

A montagem das máquinas visando o início do funcionamento da fábrica ficou bloqueada com a queda do regime de Muamar Kadafi.

"Este investimento está cá há cerca de dois anos e está parado. Para que isto não esteja como se fosse um elefante branco eis a razão por que está sendo leiloado de forma a pôr isto a funcionar, dando emprego às pessoas" declarou Américo Neto, coordenador dos projetos líbios em São Tomé e Príncipe, através de uma companhia líbia.

Segundo ele, quem comprar o empreendimento apenas terá que adquirir um gerador de energia de 120 kilowatts e contratar técnicos para montar as máquinas.

A par deste investimento, a Líbia colocou 2,5 milhões de euros no setor de agricultura da antiga empresa Monte Café com a replantação de 426 mil cafezeiros e a recuperação das antigas tecnologias de tratamento e secagem de café e de cacau.

Em São Tomé Príncipe, a Líbia previa ainda a construção de um hotel de cinco estrelas no centro da cidade de São Tomé.

"Estes investimentos foram todos por água abaixo porque estamos parados há cerca de um ano e este ano seria o do início da grande produção; plantamos cafezeiros há quatro anos e devíamos colher agora", explicou.

O projeto contemplava igualmente a construção de uma mini-fábrica de chocolate que seria abastecida por uma roça de produção de cacau.

Localizada numa zona bastante acidentada no distrito de Mezochi, um dos mais populosos de São Tomé, Monte Café é um das roças mais antigas do arquipélago, fundada em 1858.

A roça de Monte Café está implantada a 670 metros de altitude em terrenos bastantes propícios para a cultura de café arábica e de cacau.

O futuro da roça está entregue ao Governo santomense, que deverá rescindir o contrato de exploração e encontrar um novo proprietário.

4. Sociedade Civil

4.1. Populares de Caué defendem os temas do Diálogo Nacional e exigem a realização de um referendun sobre a constituição política

04 Março 2014

Téla Nón www.telanon.info

A reunião com o Presidente da República serviu para a população de Caué falar sobre os temas do Diálogo Nacional. Defendem a União Nacional, a moralização da sociedade, e reformas políticas. Um referendun sobre o sistema de governação é interesse da população do sul de São Tomé.

Adelino dos Prazeres, habitante da roça Porto Alegre, professor do ensino secundário no distrito de Caué, usou da palavra para manifestar a sua insatisfação pelo facto do país não ter uma

liderança. Um país onde não há assumpção de responsabilidades, onde vários centros de poder acabaram por gerar desordem. **«Tivemos vários primeiros-ministros, e vários governos, e estamos a ver que o país não está a andar. É uma análise simples que se pode fazer. Na minha opinião esse diálogo deve culminar com a realização de um referêndum em que o povo deverá dizer o que quer para este país. O país não tem quem manda»**, reclamou o habitante de Porto Alegre..

O jovem professor do ensino secundário, considera que as instituições do Estado estão paralisadas. **«Há vários órgãos de soberania, Tribunais, Governo, Assembleia Nacional, Presidente da República, mas tem que ter uma pessoa que manda. Há tantos órgãos mas não se consegue resolver os problemas do povo, principalmente da população de Caué»**, concluiu.

A violência crescente no país, também preocupa as gentes de Caué. Isabel Azevedo, habitante da cidade de Angolares, realçou a importância do Diálogo Nacional prever debate em torno da moralização da sociedade. **«A moral e ética estão a desaparecer na nossa sociedade. Hoje tudo é motivo para confusão e intriga. Talvez com a vinda da democracia, o povo não foi bem esclarecido sobre o que é a democracia»**, declarou a habitante de Angolares.

União nacional é outro ponto, que mereceu destaque nas declarações da população do sul da ilha de São Tomé, que abraçou o projecto de Diálogo Nacional.

Abel Veiga

